



Plenário vota novo Código de Processo Civil

A proposta, que será analisada hoje pelos senadores, deverá garantir, segundo o relator, Vital do Rêgo, o direito das pessoas a um julgamento rápido na Justiça

Após ter sido analisado por mais de cinco anos pelo Congresso, o projeto do novo Código de Processo Civil será votado hoje pelo Plenário do Senado em sessão extraordinária às 11h. O texto, que se originou de anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada em 2009 pelo então presidente, José Sarney, simplifica processos e reduz

recursos protelatórios. Entre as inovações, um mecanismo jurídico, o incidente de resolução de demandas repetitivas, deve agilizar as decisões ao permitir a aplicação de um julgado a milhares de processos iguais. O projeto também estimula a solução consensual de conflitos, adotando fase prévia para tentar a conciliação entre as partes. **6**

Comunicação é direito humano, dizem especialistas

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre papel das TVs comunitárias, foi consenso a importância de manter veículos de comunicação alternativos para

garantir a democracia fortalecida no país. Para isso, debatedores propuseram a criação de um fundo nacional para investimentos em emissoras comunitárias. **7**



Presidente da Rede TVT, Valter Sanches (D) fala na comissão durante audiência presidida pela senadora Ana Rita (3ª à dir.).

Participação social tem apoio em audiência 8

Nova lei para estrangeiros será votada hoje 8

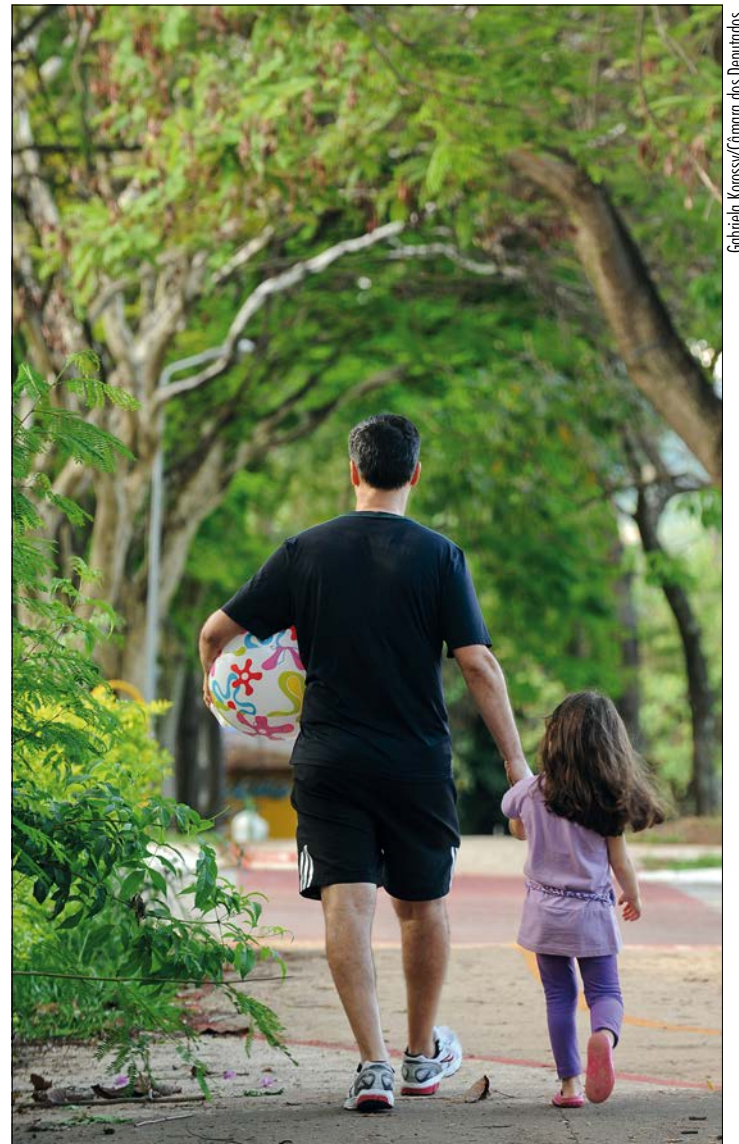
Futuro ministro da Fazenda fala à Comissão Mista de Orçamento 3

Pauta inclui crime de feminicídio

Líderes decidiram incluir na pauta do Plenário o projeto que tipifica o homicídio contra mulher

por razão de gênero e a proposta de permanência de forças estrangeiras em território brasileiro. **3**

especial
Cidadania



Gabriela Kossovsky/Câmara dos Deputados

Proposta aprovada em novembro dá prioridade ao bem-estar da criança

Guarda compartilhada deve tornar-se regra

Proposta, que aguarda sanção, dá preferência à guarda compartilhada, mesmo em casos de sepa-

ração litigiosa, por considerar que é melhor para a criança a convivência com ambos os pais. **4 e 5**



Jefferson Rucy/Agência Senado

Renan Calheiros e Cyro Miranda participaram da formatura de servidores

Senado emite diploma de pós-graduação

Pela primeira vez, alunos de pós-graduação do Instituto Legislativo Brasileiro

próprio Senado. Turmas de administração legislativa e de direito legislativo se formaram ontem. **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13



Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraLei





Mais de 70 alunos participam de solenidade de conclusão do curso de pós-graduação do Instituto Legislativo Brasileiro

ILB forma 1ª turma de pós com diploma pelo Senado

Alunos dos cursos de administração legislativa e direito legislativo foram os primeiros a ter certificado de pós-graduação lato sensu emitido pelo Senado, com reconhecimento pelo Ministério da Educação

AS DUAS PRIMEIRAS turmas a receberem um diploma de pós-graduação lato sensu emitido pelo Senado tiveram formatura promovida ontem pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Os 78 estudantes dos cursos de administração legislativa e de direito legislativo participaram da solenidade ao lado de autoridades como o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

Renan informou que antes a Casa possuía um convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o Instituto Brasiliense de Direito Público e com a Universidade de Brasília para possibilitar o

reconhecimento do certificado pelo Ministério da Educação (MEC). No discurso, ele parabenizou os formandos.

— Se submeteram a uma seleção com prova escrita e avaliação de currículo, passaram 360 horas de aulas de diversas disciplinas. Tudo isso em meio a suas tarefas profissionais, nos gabinetes, na administração, nas comissões e tantos outros departamentos do Senado e da Câmara — observou.

Cyro Miranda disse palavras de motivação aos recém-formados.

— O estudo é o agente motivador de nossas vidas, porque se perdermos o entusiasmo pelo aprendizado, perdemos o próprio sentido da existência humana — afirmou.

A diretora-executiva do ILB, Elga Lopes, também comemorou e agradeceu pelo apoio.

— Vamos agradecer primeiro e, principalmente, à instituição Senado Federal, porque é no nosso espaço de trabalho, na nossa escola de governo que os cursos ganharam vida. E foi graças também ao presidente do Senado que o ILB teve o apoio e o incentivo necessários para pleitear e conseguir o credenciamento do MEC — disse.

O aluno Diego Barros, da Secretaria Legislativa, disse que o curso superou expectativas.

— É como se eu tivesse mais preparo para entender o que está acontecendo. Deixar de ser um espectador para participar ativamente — concluiu.

Figueiró se despede da Casa com balanço de atividades

Ruben Figueiró (PSDB-MS) despediu-se do Senado ontem fazendo um balanço dos seus dois anos de trabalho. No período em que ocupou a vaga da ex-senadora Marisa Serrano, como segundo suplente, o senador apresentou 51 propostas.

São projetos nas áreas de legislação eleitoral, segurança pública, saúde, educação, legislação trabalhista e previdência. Entre os aprovados no Senado e já enviados à Câmara, está o que estabelece comissão mínima para os comerciários.

O parlamentar também é autor da proposta que prevê o consentimento presumido para a doação de sangue do cordão umbilical e da placenta.



Moreira Mariz/Agência Senado

Paim defende centro especializado para pessoas com autismo

Paulo Paim (PT-RS) leu carta que recebeu de Berenice Piana, mãe de um menino autista que inspirou a lei da Política Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Ela reclama que o decreto presidencial que regulamenta a lei deixa o autista sem o apoio de centros especializados e afirma que isso contraria a própria política. O decreto prevê apenas acompanhamento especializado no ensino regular, caso necessário, e não inclui os centros exclusivos.

— Em muitos casos os autistas precisam de atendimento especializado para que possam se tornar independentes — disse o senador.

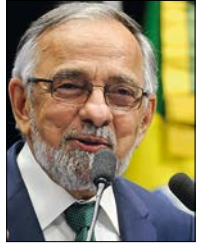
Paim pediu ainda que o governo envie as convenções da Organização dos Estados Americanos sobre o combate e a erradicação do racismo, da discriminação e de toda forma de intolerância.

Conquistas dos índios correm risco, alerta Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) advertiu que as conquistas dos povos indígenas com a Constituição de 1988 podem retroceder, caso seja aprovada a PEC 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso a competência na demarcação de terras indígenas.

O senador afirmou que, movido pelos interesses econômicos de muitos de seus integrantes, o Legislativo paralisará qualquer iniciativa de devolver terras aos índios.

— De 1988 a 2014, décadas se passaram, e esse processo continua empacado. Quando não empaca na identificação, demarcação e homologação, depois que está tudo concluído entra a contestação judicial, com mais 10, 15, 20 anos para uma definição final — afirmou.



Moreira Mariz/Agência Senado

Comissões definem hoje emendas apresentadas ao Orçamento de 2015

Seguindo o cronograma de análise da proposta de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano (LOA 2015), as comissões permanentes do Senado terão que definir hoje as emendas que serão apresentadas ao Orçamento

da União para 2015. O texto aguarda a análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Hoje há reuniões em diferentes horários. Após aprovação, as emendas das comissões permanentes deverão ser apresentadas à CMO.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- TERÇA PLENÁRIO Código de Processo Civil**
11h Sessão deliberativa extraordinária para análise do PLS 166/2010, que estabelece o novo Código de Processo Civil. Às 14h, sessão deliberativa ordinária.
- TERÇA PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso**
10h Renan Calheiros recebe Jorge Viana, deputados e o ministro da Ciência e Tecnologia. Às 11h, preside sessão deliberativa extraordinária e, às 16h, a ordem do dia da sessão ordinária. Às 19h, preside sessão do Congresso para apreciação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014) e de outras propostas.
- TERÇA CONGRESSO LDO 2015**
19h Sessão conjunta para análise do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014). Também pode ser avaliado, entre outros, o PRN 6/2013, que estende às comissões mistas a prerrogativa de apresentar emendas ao Orçamento.
- TERÇA CCJ Emendas ao Orçamento**
9h A Comissão de Constituição e Justiça se reúne para discutir e votar as emendas ao PLN 13/2014, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015. As emendas serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento.
- TERÇA CDH Emendas ao Orçamento**
9h Audiência interativa debate o vírus ebola. Às 11h30, votação das emendas da comissão ao Orçamento de 2015. Logo após, serão votados projetos sobre a obrigatoriedade de táxis adaptados a pessoas com deficiência e sobre o fornecimento, por bancos, de serviços ao consumidor com deficiência visual.
- TERÇA CCT Emendas ao Orçamento**
9h30 Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ao PLN 13/2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para 2015.
- TERÇA CI Emendas ao Orçamento**
9h30 A comissão vota emendas ao projeto de lei orçamentária para 2015, a serem apresentadas à Comissão de Orçamento.
- TERÇA CMA Serviços de proteção ao crédito**
9h30 A comissão examina o PLC 85/2009, sobre funcionamento de serviços de proteção ao crédito; o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto; e o PLC 97/2009, que fixa prazo para a divulgação da lista de material escolar.
- TERÇA CAE Emendas ao Orçamento**
10h A comissão avalia emendas ao Orçamento de 2015 e projeto que dá mais autonomia às cooperativas. Às 11h, o presidente do BC, Alexandre Tombini, fala sobre perspectivas da política monetária.
- TERÇA CAS Medicamentos órfãos**
11h A CAS debate o acesso a medicamentos órfãos por portadores de doenças raras. Às 14h30, a comissão avalia emendas ao Orçamento de 2015.
- TERÇA CE Exames em escolas**
11h A comissão analisa projeto que obriga a realização de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas públicas de ensino fundamental e proposta sobre feriados. Também podem ser votados em bloco quatro projetos de datas comemorativas.
- TERÇA CMO Joaquim Levy**
11h Em reunião fechada, a Comissão Mista de Orçamento ouve o futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Às 14h30 e às 18h, faz reunião deliberativa para apreciar avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) e requerimentos.
- TERÇA CDR Emendas ao Orçamento**
11h30 A comissão se reúne para votar emendas ao Projeto de Lei do Congresso (PLN) 13/2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para 2015.
- TERÇA CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Terra indígena**
14h A Comissão de Consolidação de Leis apresenta relatório sobre demarcação de terras indígenas.
- TERÇA MEDIDA PROVISÓRIA Lei das ONGs**
14h Análise da MP 658/2014, que prorroga a entrada em vigor da Lei das ONGs.
- TERÇA CRE Emendas ao Orçamento**
14h A CRE delibera sobre emendas ao projeto de lei orçamentária de 2015.
- TERÇA CRA Agrotóxicos naturais**
14h30 A CRA analisa emendas ao Orçamento de 2015. Após, vota criação da Política de Apoio aos Agrotóxicos de Baixa Periculosidade.
- TERÇA CMMC Balanço de atividades**
14h30 A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas se reúne para discutir e votar o relatório das atividades do ano. O documento é relatado pelo senador Valdir Raupp.
- TERÇA PARLASUL Reunião deliberativa**
14h30 Representação brasileira no Parlasul examina pauta com dez itens.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto prevê qualificação especial a homicídio praticado contra a mulher por questões de gênero. Texto, que já tem consenso entre senadores, inclui prática no Código Penal

Crime de feminicídio entra na pauta da semana

A PAUTA DO Plenário para esta semana inclui dois projetos de consenso: o PLS 292/2013, que tipifica o feminicídio, e o PLC 34/2014, sobre permanência de forças estrangeiras em território brasileiro. Deve ser votado ainda em sessão extraordinária hoje o projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010).

A tipificação para o feminicídio, homicídio praticado contra a mulher por razões de gênero, não elimina punições por crimes a ele associados, como estupro. A inclusão da conduta no Código Penal foi recomendada pela CPI Mista da Violência contra a Mulher.

ACPI argumentou que a aprovação da Lei Maria da Penha foi um ponto de partida, e não de chegada, no combate à violência contra a mulher. Daí a defesa da inclusão do feminicídio no Código Penal, em



Senadores em uma das sessões plenárias da semana passada: esforço de votações resultou na aprovação de 14 projetos

sintonia com recomendação das Nações Unidas.

Já o PLC 34 fixa os casos em que forças estrangeiras podem transitar ou permanecer em território brasileiro, facilitando a autorização, por exemplo, para que aeronaves militares

estrangeiras sobrevoem o país. A votação foi suspensa em novembro por falta de quórum. Por se tratar de projeto de lei complementar, a aprovação da proposta depende de maioria absoluta, ou seja, 41 votos.

Na semana passada, o es-

forço de votações resultou na aprovação de 14 projetos, entre eles, o que permite a associação de corretores de imóveis a imobiliárias sem vínculo empregatício (PLC 96/2014) e o que torna obrigatória, em projetos de novas

hidrelétricas, a construção simultânea de eclusas (PLS 209/2007).

Foram aprovados também projetos que concedem pensões a militares e dependentes. O PLC 128/2014 fixa auxílio para os familiares dos dois tenentes da Marinha mortos no acidente ocorrido em 2012, na Antártida. O PLS 332/2011 prevê pensão vitalícia aos ex-integrantes do Batalhão Suez.

Outras propostas aprovadas tratam de questões internas do Senado. O PRS 55/2014 permite votação eletrônica nas comissões. E o PRS 57/2014 consolida alterações administrativas da Casa feitas em 2013 e 2014. Os ajustes, que incluem a extinção de funções comissionadas, geraram economia de R\$ 500 milhões, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Comissão de Orçamento recebe futuro ministro da Fazenda

O futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy, será recebido hoje, às 11h, em reunião fechada, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Levy deverá comentar temas como o superávit primário de 2015 e as medidas que poderão ser tomadas, na área fiscal, pela equipe que comandará a economia a partir do próximo ano. A presença de Levy foi uma exigência da oposição para votar o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, o que deverá acontecer

hoje no Plenário do Congresso, às 19h.

O encontro com Levy será uma das reuniões da semana em que a CMO vai tentar concluir a análise do Orçamento da União de 2015 (PLN 13/2014). Hoje termina o prazo para senadores, deputados e comissões da Câmara e do Senado entregarem emendas à proposta orçamentária. Além de duas vezes hoje, às 14h30 e às 18h, a CMO se reúne amanhã às 10h, 14h30 e 18h; na quinta-feira, às 14h30 e às 18h; e, na sexta-feira, às 10h.

O relator do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem que ainda não conseguiu conversar com o presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre a possibilidade de autoconvocação de uma sessão conjunta para concluir a votação do Orçamento entre 23 de dezembro e 31 de janeiro. Líderes partidários na CMO fecharam acordo para concluir a votação da LOA 2015 antes do início da nova legislatura, em 1º fevereiro. O acordo inclui a

autoconvocação do Congresso para apreciar a proposta.

Na quinta-feira, a CMO fará audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Ele vai falar sobre o cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo e terceiro quadrimestres de 2012; primeiro, segundo e terceiro quadrimestres de 2013; e primeiro e segundo quadrimestres de 2014. Essa reunião é prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

(Com Agência Câmara)

CPMI da Petrobras: deputado vota pela saída de Graça Foster

A CPI mista que investiga irregularidades na Petrobras recebeu o primeiro voto em separado, apresentado pelo deputado oposicionista Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Ele pretende incluir no relatório final produzido pelo deputado Marco Maia (PT-RS) a recomendação para a saída imediata da atual presidente da estatal, Graça Foster, e a substituição de toda a diretoria da empresa. Os dois textos devem ser analisados na próxima reunião da comissão de inquérito, marcada para amanhã, às 10h15.

A proposta de Lorenzoni sustenta que Graça Foster omitiu à CPI mista informações sobre a denúncia de pagamento de propina a funcionários da petrolífera pela holandesa SBM Offshore. “A senhora Graça Foster escondeu da CPMI uma informação que ela já sabia e estava obrigada a dividir com os membros da comissão de inquérito parlamentar. Graça Foster, no comando da Petrobras, claramente deixou de cooperar com as investi-



Graça Foster teria omitido informações da CPI mista, segundo Onyx Lorenzoni

gações que diversos órgãos estão fazendo hoje e que têm como objetivo apurar os danos bilionários causados à estatal”, diz o parlamentar no voto, que tem oito páginas.

Essa não deve ser a única proposta alternativa ao relatório de Marco Maia. Oposicionistas do PSDB, DEM, PPS, PSB e Solidariedade estão elaborando outro relatório paralelo, pedindo o indiciamento de pelo menos oito pessoas.

O relatório de Marco Maia, por sua vez, não pediu o indiciamento de ninguém. Em 900 páginas produzidas após sete meses de investigação, o relator não fez menção a políticos, mas apontou superfaturamento de US\$ 4,2 bilhões na Refinaria Abreu e Lima e pediu investigação mais profunda sobre o papel do ex-diretor Nestor Cerveró, que chefiou a área internacional da companhia.

Texto propõe regras para estatais

O relatório final apresentado por Marco Maia também traz uma proposta de novo regime de contratação para as estatais brasileiras. Segundo ele, trata-se de um sistema capaz de garantir agilidade às empresas, sem afastar a transparência e o acompanhamento pelos órgãos de controle. Além disso, vai combinar elementos da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

— Nós temos um regime de contratação na Petrobras aprovado em 1998 [Decreto 2.745], que é um incentivo à corrupção. Quando se dá a um gerente ou a um diretor a possibilidade de realizar e assinar contratos bilionários, se não houver um grande processo de fiscalização, de controle e de auditoria que permita identificar possíveis desmandos, surge a possibi-

lidade concreta de perpetuar ali um esquema de desvios — avalia.

O deputado disse esperar que a proposta seja aprovada no próximo ano e que seja válida não só para a Petrobras.

— Queremos que os órgãos que vão contratar apresentem o projeto executivo e que façam as contratações a partir das necessidades reais apresentadas pela empresa. A expectativa é de que seja aprovado no ano que vem e eu tenho a convicção que vai evitar a propagação de outros esquemas de corrupção nas estatais brasileiras — afirmou.

O texto permite às estatais, por exemplo, a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia de até R\$ 100 mil. Marco Maia incluiu dispositivo que permite a responsabilização dos dirigentes e integrantes do Conselho de Administração.

Projeto de lei transforma guarda compartilhada dos filhos em regra

Atualmente, quando há briga entre pai e mãe, juiz tende a dar a guarda do filho à mulher. Proposta se baseia no princípio de que o mais importante é garantir o bem-estar da criança por meio do convívio com os dois genitores

André Falcão

A APROVAÇÃO PELO Senado, no fim de novembro, do projeto de lei que dispõe sobre a aplicação da guarda compartilhada de filhos de pais separados (PLC 117/2013) despertou uma série de debates sobre esse tipo de guarda, com muita repercussão nas redes sociais e no meio jurídico. A maior novidade do projeto aprovado é o compartilhamento como regra, mesmo que não haja acordo entre pai e mãe. O texto aguarda sanção.

A guarda compartilhada já é definida em lei no Brasil desde 2008, mas, apesar do crescimento no número de divórcios, ainda é posta em prática de forma tímida. Segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000 a 2010 as separações aumentaram cerca de 20%. De acordo com as Estatísticas do Registro Civil, o Brasil registrou em 2011 a maior taxa de divórcios desde 1984, chegando a 351.153, um crescimento de 45,6% em relação ao ano anterior. Em 2013, foram concedidos 324.921 divórcios e em 86,3% deles a responsabilidade pelos filhos foi dada às mulheres, contra 6,8% cuja decisão foi pela guarda compartilhada. No estado com maior índice de guardas compartilhadas, o Pará, o índice chega a 11,4%.

Um dos motivos para a pequena adesão à guarda comparti-

lhada é a incompreensão do seu significado ou a confusão com a guarda alternada, que, apesar de ser praticada, não consta como opção na lei. A advogada e professora de direito civil da Universidade de Brasília (UnB) Suzana Borges Viegas de Lima explica que a essência da guarda compartilhada é a participação de ambos os pais no processo de desenvolvimento e educação dos filhos. Não significa necessariamente uma divisão equitativa de tempo,

mas uma divisão equilibrada, para que haja uma convivência saudável entre pais e filhos. Já a guarda alternada se caracteriza quando o filho menor reside alternadamente na casa do pai e da mãe, por períodos de tempo que podem ir de dias a meses. Enquanto o filho está na casa de um, o outro genitor passa a ter direito a visita e vice-versa, confundindo a modalidade com uma guarda unilateral com alternância no tempo. Na guarda unilateral, só o detentor da guarda tem o poder de decidir sobre a vida do filho, como escolher o colégio que ele vai frequentar.

Além da confusão conceitual, a mudança na lei em 2008 estabeleceu que a guarda compartilhada deveria ser concedida "sempre que possível", o que deixou muito subjetiva a definição, quase sempre atrelada à ausência de litígio no casal.

— Com a expectativa da sanção do projeto que institui



Gabriela Kossovsky/Câmara de Depoimentos

Texto pode mudar cultura de guarda prioritária à mulher, ao privilegiar direito da criança ao convívio rotineiro com ambos os pais. Decisões sobre o filho devem ser divididas

a guarda compartilhada como regra, haverá um reforço de sua implementação de guarda para atender o melhor interesse da criança — argumenta Suzana Borges.

O melhor interesse da criança é definido caso a caso e pode ser atendido com a guarda unilateral ou, em casos extremos, concedendo-se a guarda a um terceiro, como uma avó ou uma tia. No caso da guarda compartilhada, explica a professora, a criança poderá contar com ambos os pais não só no dia a dia, mas na tomada de decisões conjuntas que visam ao seu bem-estar.

— É preciso que as partes sejam esclarecidas sobre o significado da guarda compartilhada. Muita gente chega perante o juiz sem saber o que é e quais são seus benefícios. Ficam discutindo patrimônio e pensão e se esquecem dos filhos — diz Suzana.

A juíza de direito Ana Maria Louzada, titular da 1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Sobradinho (DF), acrescenta aos motivos para a pouca concessão da guarda compartilhada

a divisão tradicional de papéis entre pais e mães.

— Ainda hoje predomina a concessão de guarda unilateral para as mães porque a grande maioria das mães quer essa guarda e a grande maioria dos pais não quer essa guarda. Quando o pai se interessa pela guarda, ela é normalmente deferida como guarda compartilhada — relata.

Para Ana Maria, a entrada em vigor da nova lei poderá incentivar os pais a tomar a dianteira e participar mais da vida dos filhos, não se comportando apenas como visitas. — A gente não visita os filhos, a gente tem convivência com os filhos — pondera a magistrada.

Convivência familiar é, junto com o melhor interesse da criança, princípio subjacente à guarda compartilhada. Além de constar do texto constitucional, é também um direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Quando falamos em guarda, em convivência, é sempre importante ter em mente o ponto de vista da criança, e

não de um direito absoluto dos pais. A participação dos pais é importante. Se eles estavam juntos no casamento, a criança tinha uma convivência rotineira com ambos os pais, não há razão para que essa criança seja privada de um dos pais, que ele seja excluído do projeto conjunto de parentalidade — pondera Suzana Borges.

No entendimento da psicóloga Ely Harasawa, gerente de Programas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a aprovação da guarda compartilhada reflete a preocupação da sociedade em garantir espaço para que o pai também possa exercer seu papel na criação e no desenvolvimento dos filhos.

— Mas é importante que a guarda compartilhada não se transforme em motivo para conflitos e disputas entre os pais que possam prejudicar os filhos. Quanto menor é a criança, mais ela precisa sentir-se segura e vivendo num ambiente de harmonia — pondera a profissional, que trabalha em defesa da primeira infância.

A juíza Ana Maria Louzada diz

não considerar a guarda compartilhada uma novidade, pois ela está no Código Civil desde 2008 e isso significa que antes mesmo de 2008 ela deveria estar sendo aplicada. Ela reconhece, no entanto, que há promotores e juízes que têm resistência à guarda compartilhada principalmente quando não há consenso entre o pai e a mãe.

— Eu quero acreditar que esse projeto de lei que veio revitalizar essa paternidade torne isso

mais comum nos tribunais e que os filhos tenham a devida assistência tanto do pai quanto da mãe. E essa assistência é muito mais do que manutenção econômica. É realmente participar da vida do filho, amparar — argumenta.

Para Suzana Borges, a lei aperfeiçoa a guarda compartilhada ao estabelecê-la como regra.

— Os juízes têm muito receio de atribuir a guarda compartilhada a casais que não estão se entendendo. Se nós dependermos só do consenso, várias famílias deixarão de ser beneficiadas pela guarda compartilhada — adverte Suzana.

Proposto em 2013, texto previne que filho vire disputa entre pais

O projeto que altera a guarda compartilhada, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), tramitou por três anos na Câmara até ser aprovado e enviado ao Senado em dezembro de 2013.

A proposta, que no Senado passou pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), regulamentou o tema, já previsto no Código Civil. O artigo 1.583 define a guarda compartilhada como "a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto".

O autor argumentou que a redação atual da lei induz os juízes a decretar a guarda compartilhada apenas nos casos em que haja boa relação entre os pais após o divórcio. No entanto, para o deputado, o uso seria mais necessário justamente nos casos de desacordo entre os pais. Para o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos (DEM-MT), o texto previne que os filhos virem objeto de disputa entre os pais. E virem vítimas de manipulação emocional, violência física e até de morte.

Um dos objetivos da proposta foi evitar a alienação parental. A guarda unilateral concentra o poder parental em um dos genitores e, se há relação conflituosa no casal, pode haver abuso de poder, gerando o afastamento do genitor que não detém a guarda dos filhos, trazendo desgaste para a família e prejuízos emocionais e intelectuais para crianças e adolescentes.

O projeto determinou que, em caso de disputa entre mãe e pai quanto à guarda, se os dois estiverem aptos a exercer o poder familiar, o juiz deverá conceder a guarda compartilhada. A guarda poderá ser concedida de forma unilateral se um dos pais declarar ao juiz que não deseja. Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a um terceiro, considerando o parentesco e as relações de afetividade.

Um dos pontos polêmicos do projeto aprovado é a possibilidade de o não detentor da guarda exigir prestação de contas do uso dos recursos pagos a título de pensão alimentícia. Para a juíza Ana Maria Louzada, a prerrogativa pode gerar uma enxurrada de

ações que vai levar ao colapso das varas de família. O texto traz avanços quando determina que estabelecimentos, como escolas, que se negarem a dar informações a qualquer dos pais sobre os filhos sejam multados em R\$ 200 a R\$ 500 por dia pelo não atendimento da solicitação.

Outro ponto pouco compreendido é o da divisão equilibrada do tempo de convivência com a mãe e o pai, que pode ser confundido com uma divisão igualitária do tempo. Pelo texto aprovado, ficou estabelecido que, quando os pais residirem em cidades diferentes, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender os interesses deles.



Jayme Campos, relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais

Questão também pode ser resolvida por meio da conciliação

A disputa pela guarda de filhos é normalmente travada em meio a fatores emocionais fortes, decorrentes das frustrações com o fim da relação conjugal. Para Suzana Borges, que também é presidente da Comissão de Mediação do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), para facilitar a transição da guarda compartilhada de modalidade opcional para regra principal, a mediação (uma modalidade de resolução de conflitos) será imprescindível.

— A mediação deve ser considerada tão importante quanto a vara de família. É o tribunal multipartas. A mediação dá a oportunidade para que as partes se sentem frente a frente até para que digam não há acordo.

Segundo Suzana, os índices revelam que a tentativa é válida, porque, mesmo não havendo acordo no momento da mediação, logo em seguida, na audiência de conciliação, pode haver. Mas também há muito sucesso já na primeira tentativa.

— As partes acabam enxergando por si mesmas o que está em jogo ali e como a vida delas vai ser melhor depois de uma solução assim. Para fazer um filho, precisa haver pai e mãe, biologicamente falando. Então por que na separação você vai desagregar? A não ser que o pai seja um bandido, mas isso é exceção — argumenta.

Suzana explica que a mediação é uma política pública instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre os processos

de família, não são mediáveis apenas aqueles envolvendo violência doméstica, alienação parental e abuso de menores. A escolha é feita pelo juiz, mas o promotor também pode indicar e o advogado pode requerer.

A juíza Ana Maria Louzada relata que nem todos os tribunais oferecem o serviço de mediação, que já é oferecido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

— Naquelas questões em que os pais estão brigando muito, é fornecido o serviço de mediação para ver se conseguem exercer o diálogo e construir uma disposição comum em decidir o melhor para o filho. O divórcio deixa mágoas e marcas que acabam atrapalhando o relacionamento entre ex-companheiros e deles com os filhos — explica Ana Maria.

Alguns tribunais oferecem as chamadas oficinas de parentalidade, em que psicólogos e assistentes sociais fazem entrevistas com as pessoas e discutem as formas de chegar a um bom termo na escolha dos melhores caminhos para os filhos.

— Ainda estamos começando essa iniciativa. Alguns pais se negam a participar, mas a participação tem que ser voluntária, tem que querer. Essas oficinas propiciam o diálogo, e o diálogo é o melhor caminho para tudo — sentencia a magistrada.



Suzana Borges, da UnB: casais discutem patrimônio e pensão e esquecem filhos



A juíza Ana Maria Louzada diz que muitos homens não querem a guarda do filho

Enquete do DataSenado mostra que 80% apoiam novo modelo

De cada cinco internautas participantes de enquete do DataSenado sobre guarda compartilhada, quatro se manifestaram a favor da medida. A enquete, elaborada em parceria com a Agência Senado, convidou os internautas a se posicionarem sobre a pergunta: "Você é a favor ou contra o projeto (PLC 117/2013) que propõe a aplicação da guarda compartilhada quando não houver consenso entre os pais?". No total, 699 internautas opinaram, sendo que 80% votaram a favor e 20%, contra.

A pesquisa, feita no período de 17 a 30 de novembro, ainda contou com um espaço dedicado às mensagens dos internautas, chamado de Comentário ao Projeto. Várias opiniões foram registradas. O internauta César Augusto Porfírio Leão apoia a aprovação do projeto: "A guarda compartilhada é o melhor para as crianças na medida em que permite o maior convívio entre os filhos e ambos os pais, sem que um seja considerado melhor do que o outro. A separação foi entre os cônjuges, e não entre os filhos e o pai ou a mãe. É irracional que as crianças sofram a ausência de um dos genitores, ainda mais quando esse genitor quer participar da vida dos filhos. Quem deve se adaptar, fazer concessões são os adultos. Tanto o pai quanto a mãe devem colocar o bem-estar e os interesses dos filhos acima das suas pendências e desavenças com o ex-cônjuge". Por outro lado, o internauta Alfredo de Assis Gonçalves Neto registrou manifestação contrária à medida: "A criança não pode ficar sem um lar fixo; não pode ser joguete dos pais. Um só deve ter a guarda, assegurado o direito de visita em maior ou menor extensão, conforme o caso. Guarda compartilhada exige decisões conjuntas. Quem resolverá o empate? A questão não está nesse modernismo, mas em deixar que cada caso seja apreciado conforme as suas peculiaridades".

Os resultados da enquete representam a opinião das pessoas que votaram, não sendo possível extrapolá-los para toda a população brasileira.

Saiba mais

Vídeo da reportagem, com entrevistas: <http://bit.ly/guardacompartilhada>

Íntegra do projeto aprovado no Senado: <http://bit.ly/PLC117-2013>

Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM): www.ibdfam.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Senado vota hoje novo Código de Processo Civil

Após cinco anos em tramitação no Congresso, senadores podem concluir análise do projeto que reduz uso de recursos e simplifica processos para tornar a Justiça mais ágil

O PLENÁRIO DO Senado vai se reunir hoje em sessão extraordinária, às 11h, para votar o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC). A proposta (PLS 166/2010) foi uma das que entraram no calendário das últimas votações do ano, definido semana passada pelo líderes partidários.

Na sessão de hoje, será possível exame de destaques para modificações finais no texto. Os pedidos podem ser apresentados pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), líderes partidários ou por pelo menos 20 senadores. Se aprovado, o projeto, de mais de mil artigos, será encaminhado à sanção presidencial.

Para Vital, a decisão de hoje será “memorável”. Segundo o senador, o texto reúne as mais avançadas contribuições do mundo jurídico à modernização do processo cível, garantido o “direito de as pessoas terem julgamento rápido” na Justiça.

— Vamos diminuir a avalanche de recursos e garantir prazos compatíveis com o bom andamento da Justiça. Ofereceremos aos brasileiros o que chamo de Código de Processo Civil



Aloysio requereu, semana passada, que texto fosse à CCJ. Com pedido retirado, projeto voltou à pauta

cidadão — assinalou o relator.

A votação do novo CPC deveria ter ocorrido na quarta-feira passada. Porém, o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), entrou com requerimento para exame prévio do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Alegava que a matéria carecia

de análise mais cuidadosa. Atendendo apelo de líderes governistas, entretanto, ele retirou o pedido.

O texto a ser examinado é um substitutivo da Câmara ao projeto original do Senado. A proposta, com as alterações sugeridas por Vital, foi aprovada, em 4 de dezembro, na comissão temporária

que examinou o substitutivo.

O projeto retornou ao Senado em abril, depois de mais de três anos em exame na Câmara. Teve como ponto de partida um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas instituída no Senado, em 2009, por ato do então presidente, José Sarney (PMDB-AP).

Mudanças

A análise de hoje será a etapa final de trabalho que, apenas no Congresso, consumiu mais de cinco anos. O novo CPC simplifica processos e reduz recursos protelatórios.

Um novo mecanismo jurídico, o incidente de resolução de demandas repetitivas, deve assegurar mais ritmo às decisões ao permitir a aplicação de um mesmo julgado a milhares de processos iguais. Esse mecanismo poderá ser aplicado, por exemplo, a causas previdenciárias, contra empresas de telefonia, planos de saúde e outras.

O projeto ainda estimula a solução consensual dos conflitos, adotando fase prévia para a tentativa de composição entre as partes.

Jucá quer concluir análise de direitos de domésticos

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu à Câmara que vote, ainda este ano, projeto que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos, garantidos pela Emenda Constitucional 72.

A proposta (PLS 224/2013 — Complementar) foi aprovada pelos senadores há mais de um ano. Jucá advertiu que a demora prejudica os domésticos, que só poderão se beneficiar de uma série de direitos trabalhistas depois que eles forem regulamentados.

— Essa demora está postergando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço dos empregados domésticos, o banco de horas, uma série de vantagens e direitos que equiparam o doméstico a outros trabalhadores — alertou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim condena flexibilizar direitos trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que está preocupado com a flexibilização de direitos dos trabalhadores por meio de decisões da Justiça. Além disso, lamentou a análise, no Congresso, de projetos de lei com esse objetivo. Segundo Paim, a chamada modernização do direito do trabalho representa, na verdade, a precarização de direitos conquistados depois de muitas lutas no decorrer do século 20 e pode até colocar em risco a vida do trabalhador.

— O movimento sindical tem que “acordar para Jesus”, como diz um amigo meu. As coisas estão acontecendo aqui e no Judiciário! E aqui está o Legislativo e está o Executivo. Com poder de mando! — advertiu.

Ele também citou processo no Supremo que pode acabar com o direito do trabalhador de receber adicional de periculosidade ou de aposentar com menos tempo caso use equipamento de segurança.

Ana Amélia: crise na Petrobras afeta município gaúcho

Ana Amélia (PP-RS) afirmou em Plenário que os escândalos da Petrobras estão atingindo em cheio trabalhadores do município gaúcho de Charqueadas, onde funcionava a empresa Iesa Óleo & Gás, que tinha contrato com a estatal para o fornecimento de módulos para plataformas de petróleo.

— O contrato foi rompido, diretores da empresa foram presos na sétima etapa da Operação Lava-Jato e 1,1 mil trabalhadores foram demitidos sem receberem os direitos — disse.

A senadora acrescentou que o pagamento da rescisão de contrato dos trabalhadores soma R\$ 17 milhões. Para ela, o problema deixa a sociedade brasileira perplexa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Agripino, governo perdeu a credibilidade

José Agripino (DEM-RN) chamou a atenção ontem para a perda de credibilidade do governo e para a responsabilidade crescente da oposição, que, para ele, tem o papel de “levar o bonde para o trilho”. O senador ressaltou que o governo “rasgou a responsabilidade fiscal” com a aprovação da revisão do superávit primário e aumentou o endividamento do povo com as seguidas elevações de juros.

— É nossa responsabilidade vigiar um governo que perdeu a credibilidade da sociedade brasileira, que entende que estamos sendo governados por um governo da enganação, que na campanha teve um comportamento e que está fazendo justamente o que demonizava — criticou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Amorim defende recursos para universidades

Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou que recursos das emendas parlamentares destinados à saúde não possam ser investidos nas universidades. Ele afirmou que os recursos formam, qualificam e ajudam a fazer um Sistema Único de Saúde melhor. Como exemplo, citou projeto da Universidade Federal de Sergipe (UFS) de construção de um hospital de referência em odontologia.

— Faço aqui um apelo ao Congresso para a gente mudar a lei e fazer com que os recursos do orçamento da saúde possam ir para as nossas universidades públicas — disse.

Segundo ele, a UFS, apesar de ser a única universidade pública do estado e de ter planos de expansão, enfrenta contingenciamentos frequentes.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Especialistas participaram de audiência da Comissão de Direitos Humanos e sugeriram criação de um fundo para reforçar investimentos em TVs comunitárias como canais alternativos de informação



Paulo Miranda, da Associação Brasileira de Canais Comunitários, defende comunicação como direito humano fundamental

TV comunitária fortalece democracia, conclui debate

A CRIAÇÃO DE um fundo nacional de apoio à mídia comunitária, a reserva de espaço para os canais alternativos e a revisão do valor pago pela publicidade oficial estão entre as demandas que serão encaminhadas à Presidência da República após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que debateu ontem o papel das TVs comunitárias para o fortalecimento da comunicação como direito humano fundamental.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), prometeu levar as reivindicações ao governo e disse que a mídia alternativa mostra que “um outro tipo de comunicação é possível”, com foco no ser humano como produtor de cultura e não apenas como consumidor. Na visão da senadora, o mundo está diante de um novo conjunto de direitos, cujo centro é o direito à comunicação — que engloba o direito à opinião e à expressão.

— Devemos ver o direito à comunicação como um direito universal, que serve de base para outros direitos — afirmou.

Segundo o diretor da TeleSur para o Brasil, Carlos Alberto Almeida, as emissoras comunitárias vêm colaborando com o

fortalecimento da democracia na América Latina. Ele observou que a tentativa de golpe, em 2002, contra o então presidente venezuelano Hugo Chávez (1954–2013) só foi frustrada por conta das denúncias de uma TV comunitária. Almeida salientou que, diante de uma suposta tentativa da mídia brasileira de desestabilizar a política no país, a mídia alternativa cumpre o papel de informar corretamente.

— As emissoras comunitárias podem colaborar com o funcionamento da democracia e ajudar o Brasil a pagar a dívida cultural com o povo brasileiro.

Direitos humanos

O presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCcom), Paulo Miranda, disse que não se faz comunicação voltada para os direitos humanos sem os meios de comunicação alternativos. Miranda pediu mais apoio financeiro para o setor e informou que hoje há cerca de 100 emissoras comunitárias funcionando no país. Segundo ele, o fortalecimento dessas TVs poderia gerar cerca de 200 mil empregos.

De acordo com o superinten-

dente-executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), André Barbosa, o direito de comunicar contém, em si, o direito de expressar-se e de produzir conteúdo. Ele disse que as TVs comunitárias precisam atender para a convergência digital — que é a interação entre a programação de TV e os programas pela internet.

Para a primeira-vice-presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), Evelin Maciel, é preciso uma política pública voltada para as emissoras comunitárias. Já o presidente da Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho (Rede TVT), Valter Sanches, salientou que as TVs comerciais insistem em uma programação de baixo nível cultural, com pouca diversidade e reforço de estereótipos. Ele alertou para o desequilíbrio que há entre a publicidade direcionada às TVs comerciais e às comunitárias.

— Essa distorção tem um impacto na formação da sociedade. Como uma TV vai falar dos perigos da obesidade infantil se tem como principal anunciante uma grande empresa de alimentação? — questionou.

Lindbergh critica política norte-americana de manter prisão



Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a política externa americana, que não consegue esconder os propósitos autoritários, apesar de divulgar ao mundo que é baseada na defesa dos direitos humanos.

A prisão de Guantánamo, situada em Cuba, é o exemplo dessa política equivocada, afirmou, ao lembrar que Barack Obama não conseguiu cumprir a promessa de fechar o que José Mujica, presidente uruguaio, classificou de campo de sequestrados.

— O que sobra em tamanho aos EUA lhes faltam em envergadura moral para se converterem em verdadeiros líderes. Lidera-se, sobretudo, pelo exemplo e não pela força — destacou.

Suplicy elogia projetos com uso de moedas sociais em comunidades



Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou ontem as iniciativas de estímulo à economia solidária, com ênfase nos empreendimentos de moedas sociais. Ele citou o exemplo do Banco Palmas, da comunidade de Palmeiras (CE), que emite moeda própria para circulação no comércio local.

— Esse modelo de moeda eletrônica nos assegura objetivos que os demais programas não conseguem, por exemplo, a segurança de a comercialização ser efetuada dentro do próprio município e a facilidade de controle sobre a sua utilização no comércio local, dificultando ainda que a moeda seja utilizada para compra de produtos ilegais — ressaltou.

Projeto obriga empresas a concederem bolsas de estudo

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar hoje projeto estabelecendo que empresas com mais de 100 empregados devem conceder bolsas de estudo aos trabalhadores e dependentes legais deles, destinadas à formação técnico-profissional ou de nível superior. A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), tem voto favorável da relatora.

O projeto (PLS 514/2007) determina que as bolsas sejam oferecidas uma vez ao ano, à proporção de 1 para cada 100 empregados, e destinem-se prioritariamente aos trabalhadores com menores remunerações. As empresas poderão deduzir a totalidade do valor das bolsas concedidas da importância devida a título de contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Na proposta original de Paim, as bolsas destinavam-se apenas aos dependentes legais dos empregados. A relatora, Ângela Portela

(PT-RR), estendeu o benefício também aos trabalhadores. A senadora promoveu outras mudanças no texto para tornar a proposta mais ampla e sem vícios de constitucionalidade.

O projeto é terminativo na CE, ou seja, se aprovado, só será votado pelo Plenário se houver recurso com esse objetivo. Do contrário, seguirá diretamente para a Câmara.

Outro projeto que pode ser aprovado em decisão terminativa pela comissão é o PLS 13/2012, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que trata de assistência psicológica a atletas profissionais. O projeto determina que clubes ofereçam atendimento psicológico aos atletas para ajudá-los a enfrentar o estresse e a ansiedade antes e depois dos jogos.

Ao apresentar o projeto, o senador observou que a Lei Pelé, que trata de normas gerais sobre desportos, já obriga as entidades de prática desportiva a garantir assistência psicológica a atletas em formação, sob pena de não serem reconhecidas como tal.



Paim defende prioridade nas bolsas para trabalhadores com menor salário

Relatórios sobre terras indígenas e serviço público aguardam votação

A Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais tentará votar hoje, às 14h, os relatórios de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre projetos que tratam da demarcação de terras indígenas e da defesa dos usuários de serviços públicos.

O primeiro relatório analisa minuta de projeto para a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas. Por esse artigo, ficou reconhecido o direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las. Entretanto, em algumas demarcações promovidas pelo Executivo, constatou-se que as áreas originalmente consideradas como indígenas foram subestimadas, havendo necessidade de aumentá-las.

A sugestão apresentada por Jucá possibilita ao poder público indenizar, segundo a disciplina legal das desapropriações, não apenas as benfeitorias, mas também as áreas correspondentes às expansões de terras indígenas.

O segundo item é outro relatório de Jucá sobre minuta de projeto apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que trata da defesa do usuário de serviços públicos. Jucá recomenda o acolhimento da minuta. O texto final dispõe sobre normas gerais de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pelas administrações públicas diretas e indiretas da União, estados, Distrito Federal e municípios, diretamente ou sob regime de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

Senadores e lideranças sociais apoiaram, na Comissão de Direitos Humanos, a Política Nacional de Participação Social, proposta em maio com decreto da presidente Dilma Rousseff

Debatedores defendem participação social

SENADORES E REPRESENTANTES do governo e de entidades sociais defenderam a manutenção do decreto presidencial que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) durante audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem.

Editado em maio pela presidente Dilma, o Decreto 8.243/2014 tem entre os objetivos consolidar a participação social como método de governo, promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social e aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil.

Em outubro, a Câmara aprovou projeto de decreto legislativo (PDS 147/2014) para sustar os efeitos do decreto. O texto está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com parecer favorável do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), lamentou a aprovação do projeto na Câmara. Para a senadora, a maioria dos deputados “desprezou as vozes das ruas”.

— Suspendeu um dos mecanismos fundamentais que pretende orientar e regulamentar a política de participação social no governo. Que o Senado não siga a Câmara em sua conduta antidemocrática,



A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ana Rita (C) coordena debate sobre o decreto presidencial que criou a Política Nacional de Participação Social

impedindo a participação da sociedade nos rumos do país.

Ana Rita afirmou que a PNPS foi uma resposta do governo às manifestações de junho de 2013, quando teria ficado claro que a democracia representativa por si só já não estava dando conta das reivindicações populares. Lembrou que o slogan “Não me representa” foi o mais comum em referência ao modelo político nacional e que a PNPS apenas buscou dar legitimidade a um fluxo de radicalização democrática.

Voz a todos

A senadora observou que já existem inúmeros conselhos atuando formalmente na área social, em parceria com o governo, e que a PNPS busca apenas dar uma maior organicidade a esse modelo.

— A PNPS dá voz a todos, independentemente de serem ou não parlamentares — disse.

Paulo Paim (PT-RS) também afirmou ter ficado perplexo com a rejeição à proposta e com as críticas que ela tem recebido. Favorável à aprovação da PNPS, ele revelou que vai propor ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização de uma comissão geral em Plenário sobre a proposta, ampliando o debate a respeito do assunto.

Para Pedro Pontual, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, o decreto não invadiu nenhuma prerrogativa do Legislativo. Ele enfatizou que a norma apenas busca regular a participação de organizações livres da sociedade no Executivo. Pontual considera “descabidas” as críticas de que a PNPS busca implantar o “modelo soviético” ou “bolivariano” na sociedade brasileira.

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gil-

son Dipp também afirmou ter ficado perplexo com a reação que a PNPS provocou. Segundo ele, sob o aspecto jurídico, a política proposta não afronta a Constituição em nenhum artigo e em nenhum princípio.

— A democracia é muito mais que uma formalidade e o partido vencedor tem o direito, quem sabe a obrigação, de buscar implementar o modelo de gestão participativa que propõe. Ou a democracia deve ser tolhida simplesmente ao processo eleitoral? — questionou o ex-ministro.

Cidadania ativa

O coordenador do Núcleo para a Paz e os Direitos Humanos da UnB, José Geraldo de Sousa Junior, apoiou o decreto, afirmando que ele favorece uma cultura de cidadania ativa em vez de passiva, que seria defendida pelas oligarquias e

elites tradicionais.

O representante da CNBB, Marcello Lavenère, também manifestou-se favorável à PNPS. Para o advogado, a Câmara teria “usurpado” o poder do povo ao aprovar o PDS 147/2014. Ele acredita que as críticas provêm de uma visão de parte da elite contrária a inclusão social dos mais pobres. Lavenère responsabilizou grande parte da mídia privada pela oposição à proposta.

— É uma mídia que defende interesses políticos ligados ao grande capital, que vira as costas para as pautas populares, que mente, desinforma.

Também a presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, criticou a Câmara pela posição contrária. Para ela, essa postura contribui para o que vê como uma tentativa de criminalizar movimentos sociais.

Lei da Migração deve ser votada hoje

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que regula a entrada e permanência de estrangeiros no território nacional e define normas de proteção para o emigrante brasileiro, deve ser votado hoje em reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que também preside a comissão.

A proposta, que institui a Lei da Migração, foi debatida em audiência, na quinta-feira, entre senadores e convidados, que manifestaram a preocupação com o aumento da imigração e do número de refugiados que chegam ao Brasil.

Na ocasião, o secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, admitiu que o país ainda não tem infraestrutura para atender os milhares de imigrantes que chegam ao Brasil, principalmente desde 2010.

O autor explicou, ao apresentar o projeto, que o regime jurídico nacional para estrangeiros apresenta uma evidente

defasagem. Ele lembrou que a legislação em vigor — o Estatuto do Estrangeiro — foi concebido no início dos anos 80, sob a influência do regime militar. Aloysio Nunes acrescentou que o objetivo não é criar um novo estatuto, mas reformar a legislação com uma visão mais humanista.

Pelo PLS 288/2013, a política migratória brasileira passa a ter explicitamente entre os princípios a “não criminalização da imigração” e a “acolhida humanitária”, entre outros.

Filho brasileiro

O visto permanente poderá ser concedido a quem quiser fixar-se definitivamente em nosso país, satisfeita pelo menos uma entre várias condições. Entre elas, ter um filho brasileiro, residente no Brasil, sob sua guarda, dependência ou tutela, e casar com brasileiro ou ter companheiro brasileiro, sem distinção de gênero ou orientação sexual.

O projeto também explicita que o casamento ou a união estável entre brasileiro e estrangeiro só dará direito ao

visto se o estrangeiro não tiver sido condenado criminalmente, dentro ou fora do país.

O projeto também estabelece uma série de sanções criminais, como para o tráfico de pessoas. Promover, intermediar, facilitar ou financiar a entrada irregular de pessoa em território estrangeiro, com o fim de obter lucro, deverá resultar em uma pena de até seis anos de cadeia, além de multa. A pena deverá ser aumentada pela metade se o crime for praticado por quadrilha, funcionário público ou por fraude.

A pena também será aumentada em até dois terços se o crime expor a perigo a vida ou a saúde de outrem. Se resultar em lesão corporal grave, a pena poderá chegar a até 8 anos de prisão e, se resultar em morte, 12 anos.

A primeira parte da reunião da CRE na terça-feira será destinada à deliberação das emendas da comissão ao Projeto de Lei do Congresso (PLN) 13/2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. O relator das emendas é Ferraço.



Cícero Lucena pediu a audiência pública com especialistas do setor de saúde

Comissão debate acesso a remédio para doença rara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje, às 11h, audiência pública sobre o acesso por parte dos portadores de doenças raras aos chamados medicamentos órfãos, ou seja, aqueles destinados ao tratamento dessas enfermidades e que despertam pouco interesse da indústria farmacêutica, em virtude do pequeno número de doentes afetados.

De acordo com o Ministério da Saúde, é considerada doença rara no Brasil aquela que afeta até 65 pessoas em cada grupo de 100 mil indivíduos, o equivalente a 1,3 para cada 2 mil habitantes.

Essas pessoas apresentam problemas relacionados a anomalias congênitas, erros inatos do metabolismo, doenças geneticamente determinadas e doenças raras não genéticas.

A audiência pública foi requerida por Cícero Lucena (PSDB-PB). Foram convidados Arthur Chioro, ministro da Saúde; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, ex-secretário de Atenção à Saúde; José Eduardo Fogolin, coordenador-geral de Alta e Média Complexidade do ministério; Clarice Alegre Petramale, diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde no SUS; entre outros.